



**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Comite de Auditoria Estatutária

Rua Líbero Badaró, 425, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: 3396-9000

**ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
DA PRODAM-SP**

DATA, HORA E LOCAL: Em 19 de março de 2026, às 15h00, por vídeo conferência, através da plataforma *Microsoft Teams*, reuniu-se o Comitê de Auditoria Estatutário da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP.

CONVOCAÇÃO: Realizada por meio do envio de correio eletrônico aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, em 03 de fevereiro de 2026.

PRESENCAS: Presentes todos do Comitê de Auditoria Estatutário, **Sr. ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS**, membro coordenador, **Sr. MICHAEL MONTGOMERY**, membro, **Sr. FÁBIO CLARO COIMBRA**, membro, **Sra. PATRÍCIA RIBEIRO PEREIRA**, Gerente de Auditoria Interna (GPA), e **Sras. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS e LUIZA MASSARO MAGYAR DE SOUZA**, Secretária de Governança Corporativa, contando com os convidados, **Sras. MARIA APARECIDA LIMA SOUZA ROCHA, DIVA APARECIDA STIPPE e RAQUEL MARIA SEBASTIÃO DE MORAES**, da Gerência de Compliance e Gestão de Riscos (GPR) e o **Sr. WAGNER KANAGUSUKO**

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Sra. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS**, Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA

I - COA/COF/PRE: ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

1. Conhecer as atas das reuniões do Conselho de Administração.
2. Conhecer as atas das reuniões do Conselho Fiscal.
3. Conhecer as atas reuniões da Diretoria Executiva.

II - PRE/GPA: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

4. Supervisionar as atividades da Auditoria Interna.
5. Avaliar o cumprimento, pela Diretoria Executiva da estatal, das recomendações feitas por CAE, auditores internos e externos.

III - PRE/GPR: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

6. Acompanhar e avaliar as atividades de gestão de riscos nas áreas da empresa, assim como monitorar as respectivas exposições.
7. Avaliar a efetividade dos sistemas e atividades de Gestão de Riscos, Controles Internos, Governança Corporativa e Compliance.
8. Avaliar o Relatório de Atividades da Comissão de Ética.
9. Atualização sobre os trabalhos da área e sobre os planos de ação para riscos críticos.
10. Apresentação da gestão de risco cibernético e de segurança de informação e gestão de acessos.

IV - PRE/GPJ: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

11. Acompanhar outras contas do passivo (com destaque para contas atuariais e causas judiciais, inclusive ações trabalhistas, previdenciárias, entre outras).

IV - DAF/GFP: LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

12. Acompanhar Demonstrações Financeiras e seus Anexos, e monitorar a qualidade e integridade dos Mecanismos de coleta e processamento nos termos do inciso III e IV, artigo 31 do Estatuto Social.
13. Informações sobre a Reforma Tributária e os impactos e tratativas necessários.

I - COA/COF/PRE:

Atas do Conselho de Administração poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001141-2

Atas do Conselho Fiscal poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0000729-6

Atas Reunião de Diretoria poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001497-7

Portal da Transparência da Prefeitura: <https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>

Portal da Transparência da PRODAM:
<https://colaborador.prodam.sp.gov.br/institucional>

II - PRE/GPA: A Sra. Patrícia Ribeiro, Gerente de Auditoria Interna, apresentou o consolidado das ações realizadas em 2025, ressaltando que o período foi marcado por desafios decorrentes do baixo nível de maturidade dos processos internos. Explicou

que, embora o modelo das três linhas de defesa recomende certa distância operacional, as fragilidades identificadas exigiram atuação mais próxima junto às áreas, sempre observando a independência técnica. Relatou que, no início do período, houve resistência de gestores e dificuldades no fornecimento tempestivo de informações, situação que foi sendo superada com o avanço dos trabalhos. Patrícia detalhou as principais auditorias realizadas. Em relação ao plano de saúde corporativo, apontou inconformidades relevantes, tais como inconsistências sistêmicas, ausência de formalização de procedimentos, exposição inadequada de dados pessoais sensíveis e absorção indevida de reajustes pela empresa, em desacordo com normas da Secretaria da Fazenda. Consequentemente, foi iniciado novo processo de contratação e publicada a Consulta Pública nº 001/2025 para revisão do termo de referência. Sobre o contrato do SOC, informou achados preliminares como a não aplicação do ganho de escala previsto e a necessidade de aditamentos decorrentes do aumento do volume de eventos monitorados, além da emissão da Nota de Auditoria nº 001/2025, que indicou economia potencial de R\$ 466.272,57. Em relação ao contrato de criptografia, destacou subutilização da solução, ausência de estudos técnicos, redundância funcional e falhas de planejamento, o que levou à rescisão parcial do contrato e à determinação de restituição de R\$ 8.999.456,67, estando o caso em fase de recurso perante o Conselho de Administração.

Após a apresentação, o Sr. André Vasconcellos reconheceu o trabalho desenvolvido e ressaltou a importância de tangibilizar os resultados, solicitando a consolidação de valores financeiros, riscos mitigados e outros indicadores que reforcem o valor agregado pela Auditoria Interna. Patrícia afirmou que as informações já estão em levantamento, inclusive em conjunto com o RH. André também questionou Patrícia sobre sua permanência na empresa; ela informou que sua cessão está renovada até agosto de 2026 e manifestou interesse em prosseguir no cargo, embora a decisão final caiba à Controladoria e à Prodam. O Comitê manifestou apoio à continuidade de sua atuação. André enfatizou ainda que existe significativa diferença entre a percepção externa da Prodam e sua realidade operacional e ressaltou que o trabalho da Auditoria Interna tem sido fundamental para evidenciar tais discrepâncias. Solicitou que esse ponto seja registrado de maneira objetiva no relatório. Também perguntou à Gerente se haveria necessidade de manifestação técnica da Auditoria Interna no recurso relativo ao contrato de criptografia; Patrícia respondeu que aguardará acesso ao material para avaliar eventual contribuição.

Ao final, Patrícia reafirmou que a equipe tem atuado com dedicação e que seguirá apoiando a alta administração e o Comitê, destacando que 2025, embora desafiador, trouxe avanços que reforçam a posição estratégica da Auditoria Interna na promoção da integridade, governança e eficiência da empresa.

III - PRE/GPR: A Sra. Diva Aparecida deu prosseguimento ao bloco, apresentando as atividades realizadas no período de fevereiro a março de 2026. Informou a disponibilização do curso sobre vieses inconscientes na plataforma EAD, bem como a realização da palestra sobre Acessibilidade Digital ministrada por colaboradores da empresa. Reportou ainda a atuação do Comitê de Conduta, que analisou um caso encaminhado pela Ouvidoria, enquadrado como eventual conduta inadequada de natureza comportamental, já finalizado no período. Mencionou que foram concluídas dez análises de conformidade referentes à participação de colaboradores em eventos e viagens. Em seguida, relatou a retomada da revisão do Código de Conduta e Integridade e da Política de Consequências e Medidas Disciplinares, em razão de

demandas internas que indicaram necessidade de atualização. Abordou também o trabalho de análise das dezoito novas cláusulas presentes no Acordo Coletivo, avaliando aderência a normativos internos e à legislação aplicável. Destacou, ainda, que a revisão da Política de Sustentabilidade deu origem à elaboração de uma Instrução Normativa, mais adequada ao objetivo de mitigar risco financeiro relacionado ao equilíbrio de caixa, especialmente por meio do escalonamento de pagamentos a fornecedores. Indicou também a publicação de novos normativos: Norma de Treinamento, Norma de Reembolso de Despesas a Serviço, Norma de Uso de Transporte a Serviço e Instrução Normativa sobre Escalonamento de Pagamentos. Dando seguimento, apresentou a lista de documentos que seguem em fase de elaboração ou revisão, entre eles o Regimento do Comitê de Conduta e Integridade, a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2025, o Relatório Integrado, além de políticas específicas como Transações com Partes Relacionadas, Governança de Normativos Internos, Inteligência Artificial, Diversidade e Comercialização, bem como normas operacionais de caráter processual. Frente às explicações, o conselheiro André solicitou estimativas de conclusão das políticas e demandou que as próximas apresentações contenham indicação expressiva dos documentos que exigem análise prévia do CAE antes de envio ao Conselho de Administração, com a inclusão de destaque visual ou legenda. Recomendou também que minutas de documentos que exijam leitura de conteúdo sejam enviadas com antecedência ao Comitê. Os conselheiros Fabio e Michael concordaram com as recomendações. A Sra. Maria Aparecida acolheu as solicitações, esclarecendo que os quatro primeiros documentos listados — Regimento, Carta Anual, Relatório Integrado e Política de Transações com Partes Relacionadas — são de alçada do Conselho e, portanto, obrigatoriamente passarão pelo Comitê. Comprometeu-se também a incluir, na Política de Governança de Normativos Internos, item formalizando a atuação do CAE como instância intermediária. Afirmou que o Código de Conduta e a Política de Consequências deverão estar concluídos até o mês de maio, respeitando o fluxo de consultas e validações jurídicas

Em seguida, a Sra. Raquel apresentou o andamento da revisão da Matriz de Riscos da Prodam, destacando que as categorias tradicionais — Financeiro, Infraestrutura, Comercial, Integridade, Estrutura Organizacional e Segurança da Informação — foram ampliadas com as novas categorias Jurídico e Desenvolvimento. Informou que há quarenta e seis riscos em fase de validação junto aos respectivos donos e que as categorias recém-criadas ainda estão em análise de riscos inerentes. Explicou que a maior dificuldade atual encontra-se na revalidação dos planos de tratamento, especialmente em razão das recentes alterações estruturais da Diretoria de Relacionamento com Clientes, que impactaram processos e responsáveis. Ao atender solicitação do Comitê, exibiu os dois riscos financeiros críticos já validados com a DAF: redução da rentabilidade e variação do fluxo de caixa, descrevendo as medidas mitigadoras em curso, tais como escalonamento de pagamentos, nova régua de cobrança, análise de margens e mapeamento de custos. O conselheiro Fabio questionou se a DAF havia validado formalmente os riscos apresentados, o que foi confirmado pela Sra. Maria Aparecida. O conselheiro André, por sua vez, demonstrou preocupação com possível assimetria no processo de avaliação de riscos entre áreas, uma vez que a categoria Desenvolvimento contabilizava dezessete riscos, enquanto a área financeira apresentava apenas dois. Em resposta, Raquel explicou que a categoria Desenvolvimento ainda está passando por depuração e que grande parte dos riscos levantados nessa área possui natureza operacional, não se configurando como riscos críticos para a matriz corporativa.

Na sequência, a Sra. Maria Aparecida apresentou a decisão da Presidência que autorizou o início do processo de prospecção para aquisição de ferramenta integrada de Gestão de Riscos, Compliance e Programa de Integridade. Explicou que já foram

realizadas prospecções de mercado, benchmarking e estudos preliminares, e que o sistema utilizado pelo Serpro, embora tecnicamente robusto, possui custo elevado. O conselheiro Fabio recomendou que a ferramenta a ser adquirida contemple também módulos de Auditoria Interna e Continuidade de Negócios, recomendação acolhida pela Sra. Maria Aparecida, que afirmou que tais critérios serão considerados na elaboração do termo de referência.

Encerrado esse bloco, foi convidado o gerente Wagner Kanagusuko, responsável pela Segurança da Informação. Explicou que se encontra posicionado na estrutura como gerente vinculado à Diretoria de Infraestrutura, com reporte direto ao Diretor-Presidente. Relatou que a principal limitação atual é o efetivo reduzido — cinco analistas e um gerente — para atendimento de todos os serviços internos e prestações à Prefeitura. Acrescentou que o plano de reforço da área contempla três eixos: recomposição e ampliação de equipe, incremento tecnológico e fortalecimento de políticas e normativos. Entre os investimentos em andamento, destacou a reestruturação do SOC com contratação mais robusta e SLAs agressivos, ampliação da solução de WAF para proteção em camada 7, implantação de EDR/XDR/NDR para maior visibilidade e contenção de incidentes, e reforço das normas de Segurança da Informação. Indicou que os principais riscos cibernéticos da empresa relacionam-se a ataques externos, vazamento de dados, danos à reputação institucional e penalidades decorrentes da LGPD.

Sobre a continuidade de negócios, Wagner esclareceu que o tema está sob responsabilidade da gerência de infraestrutura, apoiado por consultoria especializada, e que um dos principais desafios consiste na dificuldade das secretarias da Prefeitura em preencher corretamente seus formulários de análise de impacto no negócio (BIA). Explicou que a inexistência de um alinhamento centralizado sobre quais serviços são considerados críticos dificulta a definição de prioridades em um eventual cenário de desastre. A Sra. Maria Aparecida complementou esclarecendo que a consultoria elaborou metodologia inicial para atendimento de cliente específico e que esta servirá de base para a implementação corporativa. Indicou ainda que está prevista a formação de um Comitê de Continuidade de Negócios, embora ainda não haja definição imediata sobre estrutura dedicada. O conselheiro Fabio questionou a possibilidade de inserir, nos contratos com clientes, cláusulas que obriguem o fornecimento de informações necessárias ao PCN, ao que Wagner respondeu que tal medida é teoricamente possível, mas depende de discussão conjunta entre tecnologia, negócios e jurídico.

Durante toda a exposição, os conselheiros reforçaram a relevância do tema, observando que a visita técnica recente evidenciou a necessidade de maior senso de urgência na modernização de recursos, práticas e estruturas ligadas à Segurança da Informação. O conselheiro André destacou que as preocupações trazidas pelo conselheiro Fabio nas últimas reuniões deveriam orientar o aprofundamento do Comitê no acompanhamento dos riscos cibernéticos críticos, e agradeceu a disponibilidade do gerente em prestar esclarecimentos detalhados, ressaltando que o Comitê espera manter interação contínua com a área para fortalecimento das defesas institucionais.

IV - PRE/GPJ: O item de pauta foi postergado para apreciação nas próximas reuniões deste Comitê.

IV - DAF/GFP: O item de pauta foi postergado para apreciação nas próximas reuniões deste Comitê.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, às 17h17, lavrando-se a presente Ata de forma sumária, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os Membros do Comitê.

ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

Membro-Coordenador

MICHAEL MONTGOMERY

Membro

FÁBIO CLARO COIMBRA

Membro

ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS

Secretária de Governança Corporativa



Michael Montgomery
Membro do Comitê

Em 17/04/2026, às 21:23.



André Luiz Carneiro de Vasconcellos
Membro do Comitê

Em 23/04/2026, às 15:09.



Fabio Claro Coimbra
Membro do Comitê

Em 25/04/2026, às 13:22.



Angélica de Souza Lacerda Ananias
Coordenador(a) de Processos

Em 28/04/2026, às 14:12.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **154978779** e o código CRC **4C0B3852**.

Referência: Processo nº 7010.2020/0001211-7

SEI nº 154978779